

A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: NOVAS URBANIDADES E RURALIDADES, DEFINIÇÕES E (RE) DEFINIÇÕES

Geraldo Inácio Martins
Mestrando em Geografia – UFU
geraldomartine@yahoo.com.br

Angela Fagna Gomes de Souza
Mestranda em Geografia – UFU
angelafagna@hotmail.com

RESUMO

A proposta deste trabalho é refletir sobre a relação campo/cidade e suas definições e (re)definições teóricas. O fio condutor para desenvolver tal reflexão se pauta em resgatar formulações teóricas a respeito do rural/urbano e suas relações no tempo e no espaço. No pretérito o campo e a cidade foram interpretados como realidades antagônicas, onde prevaleciam as diferenças essenciais. Com o desenvolvimento econômico e industrial o campo passou a ser interpretado com resíduo de um modo de produção e a cidade como *locus* do desenvolvimento e da modernidade. Tal contextualização teórica preconiza uma urbanização real e virtual do espaço rural. Isso cria novos embates e desdobramentos que são calcados a partir dos processos de tecnificação da agricultura e das especificidades de acumulação de capital. Mas, a partir da década de 1990, surge outra perspectiva de análise para rebater as formulações do rural como apêndice do espaço urbano. As transformações no rural são evidentes, contudo é preciso determinar em que medida isso significa urbanização do campo. Para isso, categorias como agricultura familiar e turismo rural se efetivam no plano político, econômico e teórico. A rigor, o rural é visto como possibilidade e tem com isso o seu papel redefinido na sociedade moderna. Dizendo de outra maneira, esta nova perspectiva procura enfatizar as especificidades da produção material e humana no rural e, sobretudo, como que se dão as relações com urbano. Para isso, categorias como pluriatividades, ruralidades e urbanidades são tomadas como processos socioespaciais que permitem afinar o olhar sobre o campo e sobre a cidade. Com isso podemos enfatizar que as populações que habitam tanto o rural como o urbano têm cada vez mais a diversidade como realidade possível, incluindo ainda, as persistências e reconstruções de novas “ruralidades e urbanidades” entremeadas nos ciclos de vivências.

Palavras - chave: campo, cidade, relação, rural, urbano.

RELATIONS BETWEEN CITY AND FIELD: NEW URBANITIES AND RURALITIES, DEFINITIONS AND REDEFINITIONS

ABSTRACT

The purpose of this work is discuss the relation about city/field and the theoretical definitions and redefinitions. The guiding principle for developing such reflection is based on rescuing theoretical formulations about the rural/urban and their relations with time and space. In the past the city and the country were interpreted as antagonistic realities, where the essential differences prevailed. After the economical and industrial development field came to be interpreted as residue of a mode of production and the city as the locus of modernity. This theoretical view preconizes a real and a virtual urbanization of the rural areas. It creates new issues and results that become from the processes of technological improvement in agriculture and the particularities of capital accumulation. From the 1990s, raises another analysis perspective to refute the Idea of the rural as urban appendix. The changes in the rural area are undeniable, but is necessary determinate in which level it means urbanization of the countryside. For this, familiar agriculture and rural tourism become effective in political, economical and theoretical scenarios. Rural spaces has been seen as a possibility, what redefines its role in the modern society. For this, subjects as pluriactivity, rurality and urbanity are taken as socio-spatial processes that allows refine the look above the countryside and the city. So, we can emphasize that the diversity between the populations which inhabit rural or urban appears increasingly as an possible reality, including persistences, reconstructions of new “urbanities and ruralities” interspersed in the cycles of life experiences.

Key words: field, city, relation, rural, urban

Recebido em 30/04/2010

Aprovado para publicação em 30/11/2010

INTRODUÇÃO

Em todos os saberes científicos, os conceitos são construídos e reconstruídos ao longo dos períodos históricos em busca constante de aperfeiçoamento. Isso se deve ao próprio experimentar humano que modifica a natureza, os lugares, os espaços e suas sociabilidades de forma peculiar, criando outras significações para as vivências do cotidiano. Por isso, o aprimoramento dos conceitos ou a mudança de seus significados é constante.

Nesse sentido, a proposta deste texto é refletir sobre a relação campo/cidade e suas definições e (re)definições teóricas. O fio condutor para desenvolver tal reflexão se pauta em resgatar formulações teóricas a respeito do rural/urbano e suas relações no tempo e no espaço. A pesquisa que dá sustentação às questões aqui apresentadas consistiu numa reflexão teórica calcada nos debates sobre o universo rural e suas implicações no urbano, principalmente, no grupo de pesquisa do qual fazemos parte.²

Não obstante, outras questões nos levam a refletir sobre a relação campo/cidade, sobretudo, as questões referentes à urbanização preconizada do campo. No pretérito o campo e a cidade foram interpretados como realidades antagônicas, onde prevaleciam diferenças “fundamentais”. O urbano representava o símbolo da modernidade e de desenvolvimento e o rural aparecia como símbolo do atraso cultural, social e econômico.

No desenvolvimento teórico e com o crescimento econômico e industrial o campo passou a ser interpretado com resíduo de um modo de produção em oposição à cidade que é o *locus* do desenvolvimento e da modernidade. Tal contextualização teórica (GRAZIANO DA SILVA, 1997) (LEFEBVRE, 2001) preconiza a contigüidade espacial, calcada na urbanização como modo de vida. Este processo acontece, sobretudo, devido à tecnificação da agricultura e das especificidades de acumulação de capital. A agricultura mecanizada engendra novas dinâmicas socioespaciais que redefinem o rural e suas relações com a cidade. Os processos técnicos científicos oferecem às cidades os mecanismos de controle dos processos e da vida no campo. A rigor, a cidade polariza e arraiga um contínuo de redes sociais e objetos geográficos de modo a assegurar a subordinação real e virtual do campo

De outro modo, tendo como panorama esta urbanização do campo, surge outra perspectiva de análise a partir da década de 1990, sobretudo, para rebater as formulações do rural como apêndice do espaço urbano (MARQUES, 2002) (BLUME, 2004). As transformações no rural são evidentes, contudo é preciso determinar em que medida isso significa a urbanização do campo. Para isso, categorias como agricultura familiar e turismo rural se efetivam tanto no plano político, como econômico e teórico. A rigor, o rural é visto como possibilidade de desenvolvimento social e tem com isso o seu papel redefinido na sociedade moderna. Dizendo de outra maneira, esta nova perspectiva procura enfatizar as especificidades da produção material e humana no rural e, sobretudo, como que se dão as relações com o urbano. Isso conduz à categorias como pluriatividades, ruralidades e urbanidades como processos socioespaciais que permitem afinar o olhar sobre o campo/cidade (CARNEIRO, 1998).

A discussão aqui empreendida tem como base este panorama teórico, mas tomamos como categoria de análise o espaço e suas peculiaridades, sobretudo, a essência socioespacial que compõem esta relação. Relações que são tecidas dialeticamente no tempo e no espaço e se representam materializadas socialmente na natureza. Em outras palavras, o campo e a cidade são espaços de realização humana, cujas condições e características do trabalho materializado criam peculiaridades sobre a natureza. O campo e a cidade é uma realização histórica forjadas em cada contexto geográfico.

Para o encaminhamento do trabalho, além desta introdução, organizamos o texto em quatro itens, a saber: a) a relação campo e cidade; este item é dedicado a apresentação das reflexões que tangem a dicotômica ruralização do urbano e a urbanização do rural; b) perspectivas da relação campo e cidade no Brasil; neste item a discussão é feita a partir das formulações teórica forjadas para compreender a relação campo/cidade na realidade brasileira; c) o espaço

² Este texto é parte de um trabalho monográfico intitulado de “entremeios: a materialidade da produção agrícola urbana na cidade de Pirapora-MG”. E também faz parte do projeto de pesquisa “Opará: tradição, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano” – ligado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, financiado pela Fapemig e CNPQ.

da relação campo/cidade: ruralidades urbanidades; neste item elaborarmos uma reflexão sobre a criação de novos espaços e identidades por meio da relação campo/cidade tendo como enfoque os “mistos” e “híbridos” ou as ruralidades e urbanidades d) por último apresentamos as considerações finais e referências.

A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

O atual debate sobre a relação campo e cidade, sobretudo, para realidade brasileira se deve a um conjunto de atividades que passaram a ser desenvolvidas. Na cidade temos a materialização da produção de bens materiais ligados ao ciclo da terra com a agricultura urbana. Além, da festas *country*³ e outras manifestações culturais. No campo, tem-se arraigado as atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e ao trabalho não propriamente agrícola.

Essas atividades emergem e se concretizam como alternativa produtiva e como meio de manutenção das condições de vida na cidade e no campo. Contudo, elas criam maiores indefinições aos contornos geográficos do urbano e do rural. Endlich (2006) afirma que o avanço do capitalismo com novos arranjos técnicos engendra a reestruturação espacial que possibilita a desconcentração das atividades econômicas, “mais especificamente, as produtivas, viabilizando cenários de desenvolvimento econômico de áreas não densamente povoadas ou áreas não metropolitanas”, (ENDLICH, 2006, p. 12). Este processo conduz também a indefinição teórica sobre o urbano e o rural.

Par tentar solucionar estes paradigmas que são (im)postos a sociedade pelo avanço da capitalismo no campo e na cidade, referenciais teóricos são resgatados e aprimorados na busca de respostas para as práticas socioespaciais⁴. Contudo, é importante observar que tais referências são calcadas em outras realidades históricas e geográficas e, muitas das vezes, não tem processualidade para a nossa realidade.

Entre estas referências estão às “diferenças fundamentais” da dicotomia urbano/rural forjada no início do século XX nos Estados Unidos. Mencionamos ainda a perspectiva da urbanização do rural que tem suas bases analíticas no continente europeu, das quais apresentamos algumas reflexões a seguir.

Segundo Blume (2004) o espaço rural passou a ser compreendido pelas lentes da ciência nos Estados Unidos no final do século XIX, quando os agricultores deste país, a fim de resolver os problemas econômicos que degradavam a vida agrária, buscaram no governo fomento para solucionar a depressão econômica e social. Nesse sentido, a deterioração do estilo da vida rural que se inseria na economia de mercado levou os pesquisadores a transformarem o rural como *locus* de pesquisas empíricas.

Com isso, houve a separação em dois pólos distintos. De um lado, o urbano com suas características fundamentais e do outro, o rural com suas especificidades. Realidades antagônicas material, social e economicamente. O rural “como uma realidade específica e oposta ao urbano”, do mesmo modo que deviam prevalecer as diferenças entre “comunidade e sociedade”, (BLUME, 2004, p.18). Este método de análise percebia o rural e o urbano como realidades distintas que deveriam ser separadas e isoladas para a sua compreensão.

Muitas das diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano tornam-se bastante claras nos estágios mais adiantados do seu desenvolvimento, embora quase imperceptíveis nos estágios iniciais (...) A análise e o estabelecimento das variáveis diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano é também absolutamente necessário para uma explicação causal das várias outras diferenças entre o mundo rural e o urbano. (SOROKIM; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p.181).

As diferenças fundamentais se evidenciam a partir das categorias de análise: as ocupacionais,

³ Aproprio do termo *country* para falar sobre um estilo de vida que relaciona de maneira singular o mundo rural e a cidade. Isso é revelado, sobretudo, nas festas que evocam símbolos de um ser rural, as formas de vestir e a musicalidade, são exemplos. Isso é firmado a partir do personagem do *cowboy* e pela moda *country*. O que é importante frisar é que embora se use símbolos rurais para tal representação, esta festa é eminentemente urbana.

⁴ O caso mais específico sobre este aprimoramento teórico e o resgate do Continuum urbano-rural para interpretar o Brasil moderno.

ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional e diferença de homogeneidade e heterogeneidade da população⁵, (Sorokim; Zimmerman; Galpin, 1981). Desse modo, em termos ocupacionais, o campo é caracterizado pelo cultivo e/ou coleta. Ao contrário, a população urbana se envolve com uma gama mais complexa de atividades. No campo há proximidade maior com a natureza e no urbano as relações se dão sobre um ambiente artificial.

Em termos de organização social e populacional, no campo há dificuldade de concentrar um número maior de sujeitos no território. Por isso, “sempre existiu e existe, uma correlação negativa entre tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura”, (SOROKIM; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981, p.181). Isso contribui para que as áreas rurais tenham uma densidade populacional inferior a urbana. A rigor, isso contribui também para que a população do campo tenha características semelhantes, tanto em termos sociais quanto produtivos e que na cidade haja uma maior divisão social do trabalho⁶.

Os estudos dicotômicos privilegiavam as determinações que evidenciam a cisão entre as duas realidades, não se preocupando com as possíveis interferências que um espaço poderia exercer um sobre o outro. Desse modo, os isolamentos dos espaços eliminam não somente os contextos, mas também as singularidades que envolvem a experiência em cada espaço. Assim, ao reduzir os espaços em duas polarizações que se opõem naturalmente pelos fatos da vivência social reduz o conhecimento da realidade a meras adições e subtrações das características fundamentais. Nesse sentido, as interações entre as temporalidades e dinâmicas sociais são atrofiadas e os espaços perdem as articulações de solidariedades.

Queiroz (1972) ao argumentar sobre as pesquisas de caráter analítico dicotômico como os da sociologia rural estadunidense procuram selecionar uma parcela real para análise empírica, como se a sociedade fosse formada por partes que são possíveis de recortar, independente da realidade histórica sócio-cultural que está associada. Ademais, não admitem que os espaços urbano/rural possam fazer articulações e arranjos complexos.

Transformar o fazer geográfico, construído no cotidiano por intermédio das vivências (urbanas e rurais), em diferenças fundamentais é seguramente negligenciar que tanto o rural como o urbano condensa processos sociais interligados dialeticamente. Nesse sentido, negligenciam também que os espaços são historicamente produzidos por meio das relações sociais. Em síntese, isso revela a simplificação das experiências⁷ sociais e do acontecer geográfico da sociedade. O rural e o urbano representam uma prática social que transcende as atividades que se desenvolvem dentro de suas espacialidades e englobam outras dinâmicas da complexidade sócio-cultural.

Noutra perspectiva teórica e filosófica que afirma sobre a urbanização do rural, Lefebvre (1999) argumenta que o tecido urbano estende-se e desgasta a vida agrária. Isso significa o domínio da cidade e de suas estruturas sobre as áreas rurais circundantes. O campo, gradativamente, começa a atrofiar, enquanto a cidade estende o seu tecido e a *pólis* se torna um modo de vida. É por este ângulo, que são formulados os pressupostos teóricos da urbanização real e virtual do espaço rural.

A relação campo e cidade em certos momentos históricos se manifestaram em conflitos, em outros, se articulam e se complementam. Mas a junção dos dois espaços numa mesma forma e modo de produção socioespacial não teve as possibilidades reais de acontecer, (LEFEBVRE, 2001). Sobretudo, pelas lógicas de produção que são arraigadas no espaço, passamos de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial, colocada em segundo plano por uma “sociedade urbana”.

No pretérito, a propriedade territorial no meio rural com sistemas produtivos ligados a função produtiva da terra ameaçavam a transcendência da cidade embrionária. Mas, quando os

⁵ Cabe ressaltar que elencamos apenas as principais diferenças fundamentais. Mas, os autores evidenciam outras categorias para perceber a dualidade do campo com a cidade: diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; diferença na mobilidade social; diferença no sentido das migrações; diferença nos sistemas de integração social. Na coleção de texto de José de Souza Martins “Introdução Crítica a Sociologia Rural” (1981) há um detalhamento de cada diferença fundamental.

⁶ Blume oferece uma contribuição relevante sobre a relação campo e cidade. O autor esclarece que uma variante da perspectiva dicotômica é a do contínuo, analisada no terceiro item. Assim, a polarização antagônica é substituída por variação que afirma que existe uma gradação contínua que se estabelece entre o urbano e o rural ou, em outras palavras, estabelece uma contigüidade espacial da cidade para o campo.

⁷ Consideramos a experiência como “a capacidade de aprender com a própria vivência”, (TUAN, 1983, p. 10)

mercadores fizeram dela o ponto de comércio, circulação e espaço de concentração de suas atividades, criou-se condições para a acumulação do capital e a cidade passou a atrair para si a centralidade da relação com o campo. Desse modo, a cidade tornou-se então o ponto mais sutil de exploração das áreas rurais e suas dinâmicas sociais, (LEFEBVRE, 2001).

Seja como for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o, não sem efeitos paradoxais observados anteriormente. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de seus elementos tradicionais: artesanatos, pequenos que definham em proveito dos centros urbanos, (LEFEBVRE, 2001, p. 69).

Podemos perceber que a cisão entre o campo/cidade está ligada aos modos de apropriação e usos dos espaços. De acordo com Lefebvre (1999, 2001) a separação campo/cidade é engendrada pela divisão do trabalho entre: material e intelectual. Nas cidades o trabalho é centrado em atividades políticas, militares e a produção de conhecimento. No rural o trabalho de produção material depende significativamente da força de trabalho humana e dos ciclos da natureza. Assim temos, de um lado, a cidade e o cognitivo e intelectual, de outro, o campo, cujo elemento essencial de produção e transformação da natureza é a energia da força de trabalho.

Com a racionalização da produção industrial por meio da divisão do trabalho, sobretudo com a tecnificação da produção, as formas de apropriar a natureza transformaram-se passando a exigir uma quantidade inferior de força bruta, reduzindo portanto, os postos de trabalho e expulsando o homem do campo. Em contra partida, as cidades em emergência recebem tal contingente populacional e tem um crescimento vertiginoso. Tanto no que se refere aos novos arranjos produtivos como de meios de acumulação de capital e, de reprodução de um modo de vida específico ligado ao trabalho assalariado e ao consumo.

De tal maneira, “o capitalismo, enquanto modo de produção é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e cidade”, (WILLIAMS, 1989, p. 404). Ao longo do movimento histórico e geográfico o capitalismo foi o “responsável” pela recriação das forças produtivas. Isso se deve aos processos sociais e as intencionalidades produtivas que certamente tem a cidade como espaço de reprodução.

Essas análises criam os relevos necessários para perceber os refluxos sofridos pelo campo na formalização da cidade como palco de reprodução social. As áreas rurais começaram a perder contingentes humanos, graças à migração. As cidades transcendem os seus espaços englobando áreas adjacentes. Com isso, as descentralizações da produção que era eminentemente rural/agrícola se transformam em produção industrial/urbana. Nesse sentido, as práticas urbanas expandem-se graças aos contextos sócio-culturais criados pelo capital inserido no tecido urbano, (LEFEBVRE, 1999).

Não obstante, o contraste ou dicotomia entre categorias, modos de produção e/ou espaços é o principal meio de perceber as crises da sociedade, (WILLIAMS, 1989). Por este ângulo, a relação de oposição entre o campo/cidade é uma construção social para justificar as rupturas da própria sociedade no tempo e no espaço. A urbanização é vista como processo de estruturação histórico-social da sociedade.

Na análise da relação campo/cidade no Brasil, as perspectivas da dicotomia e da urbanização do rural foram adotadas com mais ênfase. Embora, se apresente com novos conteúdos e denominações. A dicotomia é retomada, sobretudo, quando as condições ambientais são usadas para justificar as realidades socioespaciais. A perspectiva da urbanização do rural é estabelecida a partir das formulações de um contínuo urbano/rural.

A rigor, as análises apresentadas procuram mostrar as características que se opõem espacialmente aos espaços urbanos e rurais. Deixando para um segundo plano os processos relacionais que coloca homem e espaço numa troca material e simbólica.

Não obstante, é preciso considerar como sugere Monte-Mór (2006) que a relação campo/cidade na contemporaneidade buscam acentuar as questões ligadas aos adjetivos urbano/rural. Dois espaços que no acontecer histórico geográfico foram inseridos em contextos sócio-culturais diversos. No entanto, é a partir da leitura histórica dos processos que construíram essa relação que é possível perceber os processos ambíguos que formaram e substantivaram os espaços, tornando-os contraditórios pelas lentes da atividade produtiva capitalista.

PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO CAMPO E CIDADE NO BRASIL

Para entender a relação campo/cidade no Brasil, principalmente, nas linhas de análises desenvolvidas para o nosso contexto, há que se ter presente as particularidades do processo de desenvolvimento teórico pautado nos dos países desenvolvidos. E, que muitas das vezes não representa o nosso contexto socioespacial. E, principalmente as características do desenvolvimento do próprio capitalismo que utiliza meios específicos para sua expansão na cidade ou no campo. Sobretudo, com participação do Estado que incentiva este processo por meio de investimento maciço em infra-estruturas e créditos subsidiados para assegurar a reprodução e a mobilidade do capital pelas fronteiras espaciais.

Embora a “agricultura e indústria sejam apenas campos diferentes de aplicação de capital e ambos façam parte da mesma totalidade que é o modo de produção”, (CARNEIRO, 1981, p. 2) no Brasil devemos considerar a inversão dos pólos da relação campo e cidade na segunda metade do século XX. Passamos em meio século, de uma sociedade rural em termos numéricos e produtivos, onde a agricultura tinha o papel privilegiado, sobretudo, no setor agro-exportador para uma sociedade que habita essencialmente as cidades. Isso em função dos processos engendrados no campo com a modernização capitalista da agricultura, liberando um contingente expressivo de mão-de-obra para as cidades.

O principal argumento dessa mudança estrutural e produtiva é que a agricultura era o elemento estanque para o desenvolvimento do setor industrial. Sobretudo, porque o campo com as estruturas arcaicas não tinha uma produção compatível com a demanda industrial e “os preços dos produtos agrícolas tenderiam” desse modo a “subir mais que os preços industriais”. Certamente, isso força a transferência de capital e rendimentos “da indústria para o setor rural”. Não obstante, estas características não permitiam a acumulação de capital necessário no “pólo industrial” e impedia o investimento e “o aprofundamento da industrialização” como condição necessária ao desenvolvimento econômico do país, (GONÇALVES NETO, 1997, p. 53).

Esta situação só poderia ser rompida com a modernização dessas estruturas arcaicas da agricultura, com investimentos em base técnica e em insumos. Este processo poderia liberar capitais e mão-de-obra esterilizada no campo e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo dos produtos industriais. Nesse sentido, o uso maciço de tecnologia, defensivos e adubos aumenta a produção e a produtividade na agricultura e incorpora o campo ao setor urbano-industrial.

Não obstante, este processo engendra também a transferência da população do campo para a cidade. O campo modernizado gera mão-de-obra “ociosa”, sobretudo, pela expropriação da terra e outros meios de produção. É preciso considerar ainda que a industrialização da agricultura entendida “como o modo industrial de produzir” se faz na lógica da “internacionalização da economia brasileira” e, portanto, no seio de um capitalismo mundializado. Assim, o “lôcus da concentração do capital e da força de trabalho” é a cidade das “grandes regiões industriais” (OLIVEIRA, 1994, p. 32).

É a modernização do campo e a expansão do capital “orgânico” da cidade que realiza a contigüidade espacial, ou melhor, o contínuo urbano-rural, Graziano da Silva (1997). Ele se processa a partir relações entre dois pólos que se inter-relacionam, ou seja, parte do princípio do urbano se expandindo gradativamente de seus limites geográficos e permitindo que haja marcas do estilo de vida e cultura urbana entremeada no espaço rural. Em outras palavras, o campo se torna uma continuidade do modo de vida e produção das cidades. Ele é a mediatização do capital no campo. Ele é representado pelas relações de produção que ocupam e fragmentam as relações pretéritas de produção.

Permite ainda, que o urbano se expanda geograficamente e crie em última estância “os espaços do capital”, (Limonad, 1999). Graziano da Silva (1997) afirma que as mudanças desencadeadas no campo são multidimensionais e circunscrevem nas esferas de produção social e do consumo. De tal modo, o rural no contínuo é re-significado pelo uso intensivo das técnicas de manejo e informação. As novas atividades produtivas, como “o lazer, o turismo, a residência e a preservação ambiental”, assumem os espaços da agricultura propriamente dita e redefine as relações de trabalho. O que se traduz em agricultores em tempo parcial (“part-time fammer”), ou seja, o trabalhador rural que combina cada vez mais as atividades agrícolas com as não eminentemente agrícolas. Esta é a face do “novo rural brasileiro” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 45).

O autor considera que o crescimento dos postos de trabalhos não ligados diretamente à agricultura no meio rural redefine as características de produção e, sobretudo, as relações com o espaço urbano. O rural, a terra de produção agrícola tem outras dinâmicas como às práticas de preservação ambiental que buscam atender as idealizações dos visitantes urbanos. De outro modo, as áreas de cultivo sedem espaço para as chácaras de fim de semana.

Osório e Siqueira (2001) afirmam que o espaço rural é uma realidade histórica forjada a partir dos acontecimentos econômicos. Nesse sentido, para aprender esse espaço devemos perceber os processos que o interligam a outras dinâmicas. O exemplo desses fatos é a industrialização do campo e certamente, a sua inserção na globalização. Os autores postulam, portanto, que esses elementos levariam o rural a se reintegrar aos espaços urbanos e que esses fatos podem também ser identificados por intermédio dos complexos rurais e agro-industriais.

A sociedade tornou-se dispar com contornos complexos que se redefinem como realidade social. Segundo Osório e Siqueira (2001) a cultura tem um papel fundamental na elaboração de novos contextos sociais. É nela que estão as propriedades para entendermos a realidade vivenciada pelo campo/cidade. É pela expansão da cultura urbana, como modo de vida, que a população rural é integrada no contínuo.

Osório e Siqueira (2001) justificam a materialização de um contínuo urbano-rural a partir das transformações que a sociedade brasileira sofreu nas últimas décadas do século XX. De fato, o campo adquire mais tecnologia e mais ciência e redimensiona o modo de produção da agricultura e, isso implica em novas necessidades de produção e de consumo da população. Por isso, a análise dicotômica tradicional, afirmam os autores, não responde mais a realidade. É este caráter de produção e de consumo que estabelece o contínuo urbano-rural. Ele pode ser observado se idealizarmos uma realidade socioespacial que houvesse:

Um plano (...) dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem as metades de um mesmo pano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entre as cores começa a se transformar, o preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas uma gradiente que vai ao branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por infinitos tons de cinza, (OSÓRIO E SIQUEIRA 2001, p. 76).

Os autores ressaltam que tais transformações não ocorrem de forma homogênea no tempo e no espaço, mas que essa realidade pode ser observada nas áreas mais desenvolvida industrialmente. Nesse sentido, o contínuo não se constitui como uma realidade vivida em todos os espaços geográficos. Mas, onde tais transformações já ocorreram o rural ganhou novas significações produtivas, sociais e culturais.

Sobre este contexto Spósito (2006) acentua que o reconhecimento de uma realidade contínua entre o urbano-rural não requer o desaparecimento efetivo das duas realidades e das dinâmicas socioespaciais. Ao contrário, isso revela uma realidade de transição em contato, onde as formas se confundem, tornando tênues os limites que perfazem esse dois espaços. Isso significa o “compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de prática socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo urbano e ao rural”, (SPÓSITO, 2006, p. 121).

Neste plano, “as formas confundem-se porque as relações se intensificam, e os limites entre os dois espaços tornam se imprecisos” (SPÓSITO, 2006, p. 122). Por outro lado, os espaços são re-significados devido à “nova unidade espacial” que tem a produção mediada por ações de níveis diferenciados. Este caráter estabelece sobre o conteúdo formas espaciais descontínuas, o que reforça o caráter dos “mistos e híbridos” na relação campo/cidade, Santos (2004).

As idéias de contigüidade espacial urbano-rural sofrem algumas objeções. Dentre elas, podemos destacar Marques (2002) Veiga (2002) Alentejano (2003). Sendo que, alguns desses autores criaram novas perspectivas de fazer a leitura desses dois espaços e, buscam, evidentemente, romper as polarizações e a própria idéia de urbanização da sociedade. É necessário enfatizar estes autores devido à relevância das suas discussões, cujo alguns pontos destacamos a seguir.

Conforme Marques (2002) as idéias de contínuo defendem o avanço do processo de urbanização sobre as áreas rurais adjacentes. Nesse sentido, a aproximação do rural com o urbano é um fator gradativo. Contudo, se em um espaço sobrepõe o outro, equivale argumentar que as diferenças fundamentais entre os espaços proposta no início do século XX, ainda tem relevância para compreender as lógicas produtivas, econômicas e culturais entre campo/cidade.

O processo de urbanização é acompanhado pela industrialização e tecnificação da agricultura. Processos que, com maior ou menor frequência, foram tomados como base para discutir a relação campo/cidade. Estes fatores confirmam a substituição de estruturas “arcaicas” que levariam a uma maior integração dos espaços. Como formas analíticas, a intensidade dos fatos sobrepõem parcialmente à contradição. Entretanto, ainda existem os extremos, de um lado, o rural, e de outro, o urbano de onde irradiam a gradação contínua, (MARQUES, 2002).

Em outra visão Veiga (1999, 2002) representa um dos principais teóricos que se opõem ao contínuo e concomitantemente as idéias de urbanização real e virtual do espaço rural. Esse autor constrói a sua linha de pensamento por meio de dados estatísticos, no qual segundo ele, representa a realidade da urbanização brasileira. Veiga acentua a possibilidade de substituir as perspectivas destacada pela abordagem territorial.

É errado abordar as relações entre cidade e campo nos termos em que se desenrola o debate sociológico, e, de ‘dicotomia x *continuum*’. O aumento da densidade demográfica nas zonas “cinzentas” - que deixaram de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas - não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza, (VEIGA, 1999, p. 1316 grifo nosso).

A análise teórica e empírica de Veiga (1999) é calcada na densidade demográfica, baseada, sobretudo nas classificações da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e adaptada pelo autor para a realidade brasileira. Os dados e as classificações da entidade conseguem estabelecer indicadores territoriais e lida com amplas dimensões da vida social. Contudo, as práticas socioespaciais não estão limitadas dentro de qualquer estatística, mas aos elementos do experenciar humano. De acordo com Carlos (2004) não podemos analisar a densidade do processo de urbanização pelos dados estatísticos, eles não representam a complexidade da realidade. A evolução demográfica não explica os conteúdos e as dinâmicas do processo como todo.

Nessa direção, a relação campo/cidade é caracterizada pelos conteúdos específicos das transformações engendradas pelas novas forças produtivas inseridas em ambos os espaços. No campo, as forças capitalistas avançam reproduzindo novas relações de trabalho como o assalariado, mas como descontinuidade desse fluxo, as relações camponesas não desaparecem e, muitas das vezes são recriadas, Carlos (2004). Do mesmo modo, o movimento de urbanização não transforma o campo em cidade, apenas muda o conteúdo dessa relação. Este movimento insere tanto o rural quanto o urbano na lógica da propriedade privada que reorganiza os espaços produtivos e as práticas socioespaciais.

Outro fator importante da leitura de Veiga (1999) são os elementos que indicam o grau de urbanização: “será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar seus principais fundamentos, que são necessariamente ecológico-econômicos?” Ainda que haja um processo homogeneizante que tenda a acabar com as diferenças entre o campo/cidade “inúmeros ecossistemas permaneceriam em baixíssimo grau de artificialização, o que manteria a distinção entre espaços rurais e urbanos”, (VEIGA, 2004, p. 7).

Não obstante, “a distinção entre ambientes rurais e urbanos, repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas” (VEIGA, 2004, p. 7). Essa questão pode ser evidenciada pela “pressão antrópica sobre a natureza”, ou, pelo grau de artificialização da natureza que se apresenta “praticamente inalterada, parcialmente alterada, artificializada” (p. 12). No urbano a natureza é artificializada, os recursos naturais foram totalmente substituídos por elementos técnicos. No rural a natureza é menos artificializada ou parcialmente alterada, ou seja, “são áreas com vegetação primária e com baixíssima densidade populacional”, (p. 12).

Cumprido ressaltar que na perspectiva de Veiga (2002) as relações dos sujeitos modificam os “habitats” e essas transformações podem ser consideradas como elemento de identificação na relação campo/cidade. Para o autor, as “sociabilidades” são elementos artificiais que são forçados para interação e para “metas e intenções” com outros sujeitos e ambientes. E é nesse processo que os homens modificam os ambientes “físico-químicos” e isso serve como meio para avaliar as alterações e as sociabilidades dos espaços urbano/rural⁸.

As idéias de artificialização dos ecossistemas ou da natureza retomam a perspectiva dicotômica? Onde o espaço rural é bucólico (belo) e lugar de abstração, o urbano é exatamente o oposto, ou seja, retoma as “diferenças ambientais”⁹? Na perspectiva dicotômica, o rural é representado pelo maior contato com os ciclos da natureza e o espaço urbano privado desses elementos. Nesse sentido, na dicotomia campo e cidade se revela quando:

[os homens] estão em uma proximidade muito maior e em uma relação mais direta com a natureza (solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu vento, chuva) o morador da cidade é separado de tudo isso pelas grossas paredes das gigantescas construções urbanas e pelo ambiente artificial da cidade de pedra e ferro, (SOROKIN; SIMMERMAN e GALPIN, 1981, p. 201).

Na perspectiva da sociologia tradicional a natureza ganha símbolo de “natural” e representa as principais características ambientais do mundo rural. Nesse sentido, o homem é subserviente a esses aspectos, ao contrário do mundo urbano, onde a natureza é artificializada, justificando então as dualidades entre os espaços. Esses fatores são retomados por Veiga (2002) mesmo que parcialmente, ao afirmar que no rural a natureza é menos artificializada ou ‘intocada’, isto é, a natureza que compõe o mundo rural não está inserida no sistema de produção e apropriação dos espaços, Carlos (2004).

Nesse sentido, as inter-relações que conjugam e criam as mudanças nos ambientes que representam o cotidiano no acontecer geográfico parecem perder o sentido. Para Martins (1981) a perspectiva do rural como símbolo de natural tem por objetivo justificar a preponderância dos elementos que compõe o ciclo da natureza na relação campo/cidade. O autor acrescenta que a natureza nesse sentido, não aparece sociabilizada e mediatizada pelo conjunto que representa as práticas sociais. Isso se deve ao fato da natureza representar um “artifício” e uma solução para a representação dos aspectos dicotômicos do determinismo ecológico

Isto é, a natureza não pode ser vista como tal que é historicamente determinada, de forma que em diferentes momentos históricos relaciona-se com a sociedade de modo diferente (...) a natureza (...) aparece como entidade reificada, coisa alheia a interferência e produção humanas, como dimensão causal, (MARTINS, 1981, p. 29).

Sobre as idéias de natureza artificializada e naturalizada Carlos (2004) apresenta argumentos importantes para a análise geográfica da relação campo/cidade. Segundo a autora, não podemos ignorar a expressão do trabalho na materialização das formas e as relações sociais que dão substâncias as práticas socioespaciais. As ações produzem os objetos, isto é, “a sociedade não artificializa a natureza ela produz ‘o mundo’ a sua imagem e semelhança”. (CARLOS, 2004 p. 10).

Outro fator elementar que vem para contrapor as idéias de Veiga (1999, 2002) é “o meio técnico-científico-informacional”, Santos (2004). Onde os espaços são representados cada vez mais pela ciência e pela técnica, tendo como mediador dessas relações à divisão internacional

⁸ É importante ressaltar que Veiga, em seguida atenta para os problemas de suas definições de caráter ecológico e, afirma: “o mais correto é procurar critérios que possam dar conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos dos territórios utilizados pela espécie humana”, Veiga, (2004).

⁹Diferenças ambientais: a população rural é dependente dos ciclos da natureza, sendo que eles estão expostos a flutuações climáticas, vivendo em contato direto e com maior proximidade ao solo, flora, fauna etc. enquanto o morador da cidade é privado desses contatos, Sorokin; Simmerman e Galpin (1981).

do trabalho e a efetividade técnica. Por essa perspectiva, o campo e a cidade ganham novos arranjos técnicos, novas teias que integram o local/global e o natural/artificial. Os espaços são mecanizados e tecnificados e os componentes desse processo coexistem e sobrepõem as relações impostas pela natureza.

Para Alentejano (2003) a complexidade que envolve a relação campo/cidade não deve ser percebida apenas por teorias particulares. O espaço rural, organização histórica e geográfica, apresenta diversidade de formas e organizações sociais e criam complexidades de interpretação, sobretudo, nas inter-relações com o urbano. Apesar dos avanços dos meios de comunicação integrar parcialmente os ambientes rurais com a mesma coexistência informacional das cidades, essas características não devem ser compreendidas como o fim ou a integração social, econômica, cultural do espaço rural ao urbano.

O caminho teórico apresentado por Alentejano (2003) para definir a relação campo/cidade visa perceber as relações sociais com a terra. Segundo o autor, as dinâmicas urbanas dependem relativamente menos da terra que as dinâmicas do espaço rural. Esse fator é elementar, pois a vida econômica, social e espacial do rural está inteiramente ligada aos usos da terra.

(...) Enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto vista econômico, como social e espacial, o rural esta diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas.

[a terra é o] elemento que perpassa e dá unidade a todas as relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida, (ALANTEJANO, 2003, p. 32).

Para interpretar a proposição de Alentejano (2003), é necessário o conceito de “*habitus*” desenvolvida por Bourdieu e reinterpretada por Bagli (2006). Segundo a autora, “os hábitos são os reflexos das relações estabelecidas no cotidiano”, (BAGLI, 2006, p. 93). Eles são orientações culturais forjadas para dar conteúdo às dinâmicas sociais e são mantidos por uma gama variada de sujeitos. E, no caso da relação campo e cidade, os hábitos concretizam nas relações de produção com a terra.

No rural o “*habitus*” com a terra é quem concretiza as relações sociais atrelando o homem numa dependência cíclica com a própria condição de produção e, sobretudo, nas relações de trabalho com os ambientes. A terra no rural é terra para produção material, simbólica e socioespacial dos sujeitos que com ela se envolve. Na cidade, ao contrário, a terra representa apenas a superfície de apoio para as relações de produção e troca de capitais. A terra tem função de produção de mais dinheiro e perde a sua função social de produzir bens materiais necessários a vida humana. Assim, a terra na cidade atua apenas como coadjuvante na sociedade que baseiam seus valores sociais em outras relações.

É importante ressaltar a relevância da abordagem proposta por Alentejano (2003) onde revela a terra como mediadora das espacialidades e vivências rurais. Entretanto, este caráter existe tanto no rural como nas cidades. Isso porque há vivências urbanas ligadas a hábitos rurais. A terra media “desejos e identidades” do rural no urbano como os currais de criação de gado (MAIA, 1994) e/ou as hortas e “roças urbanas nos entremeios das cidades”, (MARTINS; SOUZA 2008). Isto revela outras dinâmicas e territorialidades ligadas à terra e a re-emergência do rural como construção social significativa.

Refletindo sobre as contribuições de Alentejano cabe registrar as pesquisas desenvolvidas por Resende (2003) Madaleno (2002) sobre o papel das cidades e da terra urbana na produção de alimentos. Os autores demonstram novos arranjos produtivos e econômicos que se arraigam nas cidades como Uberlândia-MG e Belém-PA, respectivamente. A rigor, eles mostram a terra na cidade como mediadora de vivências rurais em espaços urbanos. Por isso, os conceitos de cidade/campo não podem ser justificados por elementos em si, onde prevalecem campo/terra/valor de uso e a cidade/terra/valor de troca. A terra tem forte ligação com a ruralidade, mas ela não pode ser tomada como elemento determinante e determinada. Tendo em vista que a cidade também produz alimentos e no rural há outros meios de produção e de trabalho além da agricultura propriamente dita, (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Os modos e

meios de produção se misturam e a terra como superfície de produção de mais dinheiro é fato tanto no campo como na cidade.

Dessa forma, devemos perceber o rural e o urbano por meio do nível de emergência, onde todos os elementos que constituem o espaço geográfico se articulam por meio de contatos sinérgicos, mas que só existem a partir da simbiose das características particulares de cada espaço em relação. Nesse sentido, é preciso compreender o espaço como corpo único constituído de múltiplas faces, interdependentes, construindo as relações de um acontecer geográfico, (LEFEBVRE, 2001).

Para que essas relações venham a se concretizar é preciso que haja o encontro. Isto é, para que o campo e a cidade se constituam como realidades geográficas no espaço é preciso que existam trocas simbólicas e materiais entre pessoas e lugares, “formas e conteúdos”. As interações de subespaços, de experiência e desejos num acontecer solidário que cria um “todo” dotado de características híbridas ou de novas ruralidades e urbanidades (assunto do próximo item).

O ESPAÇO DA RELAÇÃO CAMPO/CIDADE: RURALIDADES URBANIDADES

Antes de precisar o caráter “misto” que o campo/cidade estão calcados, vamos definir o espaço como categoria de análise para compreender estes (re)arranjos sociais, econômicos e políticos. O espaço tem um papel privilegiado à medida que ele cristaliza o pretérito e o presente. É o lugar de encontro que deve ser percebido pela acumulação de formas e conteúdos que resumem as relações sociais, Santos (2005). O espaço pode ser compreendido como *médium* pelas leituras que dele são possíveis, sobretudo, por meio da análise das mensagens escritas, grafadas ou rasuradas no acontecer geográfico dos tempos. O espaço ganha a conotação de escrita à medida que percebemos o acontecer humano por meio das ações na natureza e com outros sujeitos. Nesse sentido, as formas espaciais são construídas deixando os conteúdos íntimos de cada sujeito circunscritos com as experiências socioespaciais, (LEFEBVRE, 1999).

A idéia de forma e conteúdo, (LEFEBVRE, 2001) (SANTOS, 2004) representa a reflexão das características espaciais. As formas são dotadas de substâncias quando entrelaçadas com outras dinâmicas econômicas, culturais e sociais. As substâncias representam o tempo vivido, o valor de uso, as formas e o tempos geográfico materializado, mas que são movimentados pela sociedade atual que reconstrói as funções e os valores do espaço.

Quando as características dos espaços mudam “o conjunto de suas funções muda em quantidade e qualidade”, (SANTOS, 2004, p. 116). Nesse sentido, o espaço é a síntese da própria sociedade. É a materialização das ações e sua “natureza” é formada “pelo resultado material acumulado (...) através do tempo”, (SANTOS, 2004, p. 106). No entanto, é a própria sociedade que impõem movimentos ao espaço por meio das ações atuais, isso modifica a natureza dos objetos geográficos e o conteúdo das relações sociais. A prática cotidiana reconstrói o vivido e dá densidade e substância. Isso equivale retomar o pensamento dos espaços urbano/rural como criação e materialização das experiências.

“O espaço é criação. Quem cria espaço, cria e o preenche”. (LEFEBVRE, 1999, p. 146). Que criação é essa? Preenche de que? E quando? O espaço é a tradução pretérita e imediata das relações humanas no fazer geográfico/histórico. Ele representa o pensado, o imaginado, construído e mediatizados pelas relações com a natureza, de classe e trabalho, materializado em “formas e conteúdos híbridos”.

Nas construções espaciais, nas grafias socioespaciais, existem determinados modos de produzir, consumir e pensar os espaços de vivência. A hibridez do espaço, isto é, a junção de formas e conteúdos diferenciados no mesmo espaço “re-apresenta um processo de produção dos espaços, feitos territórios, de um movimento vir-à-ser e de perpétua transgressão (criação)”, (RUA, 2006, p. 89).

As inter-relações natureza/sujeito em espaço/tempo produzem formas e conteúdos diferenciados. Essas impressões no espaço se articulam de diferentes modos, com trocas simbólicas e materiais procurando a adaptação das estruturas pré-existentes. Nessa perspectiva, as formas e os conteúdos não têm existência própria se não articuladas com os ambientes e aos modos de produção (LEFEBVRE, 2001). Isso, todavia, deve-se a cada “forma” ter duas existências, uma

histórica e outra instantânea, ambas construídas dialeticamente onde as substâncias são reconstruídas e adaptadas através da referência ao novo tempo de vivência.

Nesse sentido, seria o campo e a cidade formas e conteúdos díspares e isoladas? Ou, formas e conteúdos que se fazem pelas relações socioespaciais e pelas trocas materiais e simbólicas? Ou, de outra maneira, a cidade e o campo são formas espaciais com conteúdo “mistos” ou “híbridos”?

Apenas, o espaço é um misto, um híbrido, formado como já dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações. Os sistemas de objetos, espaço-materialidades, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. (SANTOS, 2004 p. 294).

Os encontros de “formas/conteúdos”, Lefebvre (2001) e “ações/objetos”, Santos (2004) são as peças fundamentais para a formação sócio-cultural que representam o acontecer geográfico da relação campo/cidade. O campo e a cidade são espaços em encontro e com relações dialéticas. Esse encontro cristaliza momentos diferentes que começam a coexistir e dar características outras aos tempos, lugares e as vivências. Nesse sentido, o rural/urbano é formado pelo encontro de diferentes estágios de produção e interação com a natureza e as texturas desse encontro ficam grafadas e, no presente, criam os espaços “híbridos”.

Para precisar o caráter da hibridez socioespacial é preciso considerar os fatores culturais, econômicos e políticos. Nesse sentido, Canclini (1998) escreve sobre as “culturas híbridas”, sobre “mestiçagens” ocorridas no cotidiano nos tempos da modernidade. O autor argumenta que as introjeções de elementos até então exteriores as dinâmicas sociais, no urbano ou rural, é o fator que leva as múltiplas temporalidades a coexistir. Assim, à medida que o estilo de vida urbano ganha proporções globais, há um refluxo importante, as populações citadinas tendem a inserir na prática cotidiana hábitos e costumes rurais.

Como explicar que muitas mudanças de pensamento e gostos de vida urbana coincidam com as do meio rural, se não por que as integrações comerciais deste com as cidades e a recepção da eletrônica nas casas rurais os conecta diretamente com as inovações modernas? (CANCLINI, 1998, p. 286).

As indagações de Canclini (1998) acentuam os aspectos da transformação da sociedade em formação, tendo como traços as particularidades urbanas. Tendo em vista este contexto, a “sociedade rural” ou o “mundo rural” não foi sobreposto pelas práticas urbanas, mas existem fatores especiais na cultura e nas mudanças vividas, tanto nos espaços urbanos quanto no meio rural que permitem a existências múltiplas. O rural e o urbano viveram (e vivem) nas últimas décadas do século XX e início do século XXI mudanças e introjeções de novos objetos geográficos de caráter global. Isso revela o drama de mudanças sócio-culturais que perpassa todas as relações sociais. Por isso, “passamos de uma sociedade dispersa em milhares de comunidade rurais com culturas tradicionais” para uma sociedade “majoritariamente urbana”, pelo menos em termos numéricos, “que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea” (CANCLINI, 1998, p. 285) que entrecruza identidades, territorialidades e modos de vida, (HAESBAERT, 2006).

Esse entrecruzamento é fortemente evidenciado com as migrações. A migração não é de homens, mas de territorialidades que são introjetadas e reproduzidas em outros espaços. Desse modo, os lugares e os espaços são interconectados a uma escala mais ampla de fluxos. No plano de vivência comum desenvolve os fatos concretos e mensuráveis no qual um espaço interage com outro sem perder a sua especificidade. Em plano superior as ações reafirmam as identidades perante as mudanças, (RUA, 2006). Não obstante, os espaços são recriados para oferecer suporte a essa reconstrução identitária e ganham forma de um “misto” de um “híbrido”.

Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A hibridez perante evidência a “criação local”, a capacidade dos atores locais de influenciados pelo externo, de escala ampla, desenvolveram leituras particulares dessa influência e produziram territorialidade particulares. (RUA, 2006, p. 101).

Espaços reconstruídos mediante as práticas socioespaciais que dão indefinição aos contornos tanto do espaço rural quanto do espaço urbano. Segundo Resende (2003) ao pesquisar o desenvolvimento da agricultura urbana na cidade de Uberlândia, encontrou-se no dilema ao buscar interpretação para rural-urbano, “às vezes vemos misturas que não permitem dizer o que é rural e o que é urbano, como por exemplo, quando constatamos unidades de produção cravadas na cidade”, (RESENDE, 2003, p. 16). A migração define na cidade novos padrões espaciais e são habitadas por sujeitos oriundos do espaço rural que buscam reproduzir seus hábitos e vivências.

Nesse sentido, Carneiro (1998) acredita que estamos diante da construção de múltiplas identidades em que um determinado grupo social ancora um conjunto de símbolos materializados sobre o espaço. A diversidade pode atuar no sentido de sedimentação, permitindo as possibilidades de outras vias de análises que ultrapasse a barreira de urbanização real e virtual do espaço rural ou das polarizações. Essa autora acredita na redefinição da cidade e do campo por meio dos sujeitos sociais e suas interações. São os homens que dão significados práticos aos espaços. No espaço rural – as “pluriatividades”- no espaço urbano - as manifestações de categorias emergentes do campo como os da festa *country*. É neste propósito que as abordagens de urbanidades e ruralidades ganham contornos importantes.

As populações que habitam tanto o rural como urbano têm cada vez mais a diversidade como realidade possível, isso inclui, as persistências e reconstruções de novas “ruralidades e urbanidades” entremeadas nos ciclos de vivências. Espaços, lugares e desejos “mistos”, “híbridos”. Ruralidades e urbanidades, cidade e campo entrecruzando nas formas de produção material e simbólica. Conceitos e definição sendo reconstruídos. Na totalidade, um registro das mudanças econômicas e culturais vivenciadas pela sociedade nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio é amplo e permanente em perceber quais os fatos ou elementos estão inseridos na re-emergência do rural como um espaço de reprodução social e cultural. O desafio é múltiplo, quando procuramos percebê-lo em relação ao espaço urbano. No entanto, a plenitude dos cenários que aparecem como objetos geográficos construídos em conexão com os dois lugares, envolvem as dimensões simbólicas e matérias dos eventos e as ações no/e com o espaço. É por meio das particularidades dos modos de vida e trabalho que se revelam como a relação campo/cidade ganha novos horizontes práticos teóricos.

Nessa perspectiva, os conceitos de urbano e rural não designam somente a vida na cidade ou no campo, mas a sociedade e suas múltiplas relações com o/e no espaço geográfico. Reflete a construção do cotidiano que busca outras lógicas de produção e, sobretudo nas interações com a natureza, o significado para os espaços, seja ele urbano ou rural. Com isso, criam outras texturas e desejos para as novas funções de habitar os espaços. A cidade é cada vez mais entremeadada por atividades do meio rural, do mesmo modo, que o rural começa a designar novas funções produtivas e algumas de origem urbana. Essas possibilidades de coexistências se mostram como uma via de mão dupla, onde habitar o rural significa imaginar e introjetar no cotidiano às percepções e criações que emanam do urbano. Enquanto habitar o urbano, significa apropriar da natureza, dos devaneios e do vivido e construído no rural. Essas relações de troca e consumo não acontecem sem contradições, os elementos que compõem relativamente os espaços desvelam as intencionalidades das ações sobre os meios de produção, sobre o consumo e apropriação da natureza e do imaginário que emana desse processo. Mas, a existência de uma realidade só existe em relação à outra, e perceber isto, é reconhecer o acontecer geográfico dos fatos.

Em síntese, cumpre ressaltar que o rural tecnificado e capitalista possui relações urbanas, mas que esse coexiste com outro, de trabalho solidário, familiar e camponês, persistente e rural em sua essência. Cumpre dizer que no urbano existem, seguramente, relações de produção capitalista e estas definem os usos dos espaços, mas incute dizer também, que o mesmo capitalismo entremeadado no urbano produz outras relações não propriamente urbanas. Assim existem de um lado, as vivências urbanas e rurais capitalistas, e por outro lado, os hábitos e vivências rurais tanto no urbano quanto no rural.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, ano 18, v.2, n.21, p 25-39, jul./dez, 2003.
- BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 180f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural)-Faculdade de Ciências Econômicas, UFRG/ Porto Alegre, 2004.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**; estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alesandri. A questão da cidade campo; teoria e política. In: **Mercator; Revista de Geografia da UFC**, Ceará, ano 3, n. 05, 2004.
- CARNEIRO, Maria Esperança. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. In: **Texto para discussão: Grupo Movimento Sociais no Campo**. Goiânia (GO): CPDA/EIAP/FGV/Fundação Ford, 1981.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade; novas identidades em construção. **Estudos - Sociedade e Natureza**, n.11, p.53-75, out., 1998.
- ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-31.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo rural brasileiro. In: **Nova economia** n. 7(1), p.43-81, Maio, 1997.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1985**. SP: HUCITEC, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999.
- MADALENO, Isabel Maria. **A cidade das mangueiras: Agricultura urbana em Belém do Pará**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- MAIA, Doralice Sátryo. **O campo na cidade: necessidades e desejo (um estudo sobre os subespaços em João Pessoa – PB)**. 1994. 208 f. Dissertação de (Mestrado em Geografia)-Departamento de Geociências, UFSC/, Florianópolis, 1994.
- MARQUES, Maria Inez Medeiros. O Conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19 p.95-112, jun./dez, 2002.
- MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes. Entremeios: a materialidade da produção agrícola urbana na cidade de Pirapora-MG. In: Congresso de Desenvolvimento Social: globalização do regional e regionalização do global, I, 2008, Montes Claros/MG. **Anais...** Montes Claros/MG: UNIMONTES/PPDS, 2008. 1 CD ROM, p.1-9.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que é urbano, no mundo contemporâneo. **CEDEPLAR/FACE/UFMG**, 2006, p.1-14,

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: Encontro nacional de Geografia Agrária, XII, 1994, Águas de São Pedro (SP). **Anais...** Águas de São Pedro (SP): UNESPE/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1994.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SIQUEIRA, Deis. O conceito de rural. In: GIARACCA, Norma (comp.). **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001.p.69-79. (Colección Grupos de Trabajo de CLASCO).

RESENDE, Sildivam. **Entre o rural e o urbano: A agricultura urbana em Uberlândia (MG)**. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SOROKIM, Pitirim A; ZIMMERMAN, Carlo C; GLAPIN, Charles j. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org). **Cidade e campo: Relações e contradições entre o campo e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar; a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. Difel: São Paulo, 1983.

VEIGA, José Eli da. A face rural do desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Economia, 27^o, 1999, Belém-PA. **Anais...** Belém-PA: 1999. 1 CD-ROM, pp. 1301-1318

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.